

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 28/01/2020	Caderno: Economia



MUNICÍPIOS RECEBEM REPASSE DA UNIÃO PELA FUNDEB



28 Janeiro, 2020

Os Municípios e Estados que serão assistidos por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), recebem, ao longo deste mês, dois repasses referentes a complementação. Segundo o órgão, o montante repassado chega a R\$ 4,5 bilhões. Os recursos devem ser creditados no dia 31 de janeiro.

A entidade também destaca que o primeiro repasse é do resíduo da complementação ao Fundeb referente a 2019 e totaliza R\$ 2,2 bilhões. Já o segundo faz parte do primeiro repasse da complementação federal de 2020 e soma R\$ 2,3 bilhões.

Os repasses serão realizados nas contas do Fundeb de Estados e Municípios do Amazonas, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí.

FATURAMENTO Receita líquida das indústrias de bens de capital ficou em R\$ 82,4 bilhões em 2019

Setor de máquinas e equipamentos registra um crescimento de 0,7%

DANIEL MELLO

Agência Brasil, São Paulo

O setor de máquinas e equipamentos teve alta de 0,7% na receita líquida de 2019 em comparação com 2018. Segundo o balanço divulgado ontem pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), a receita líquida das indústrias de bens de capital ficou em R\$ 82,4 bilhões no ano passado, alcançando R\$ 5,9 bilhões em dezembro. O resultado do último mês representou uma queda de 5% em comparação com dezembro de 2018.

As exportações do setor tiveram uma queda de 7,2% em 2019, totalizando US\$ 9 bilhões. A queda foi influenciada pela retração de 18,1% nas vendas para a América Latina, com forte retração nas compras da Argentina (28,1%), Paraguai (23,8%) e Chile (9%). A região responde por 33,7% das vendas para países estrangeiros.

As exportações para a Europa também tiveram queda, com redução de 27,9% no ano. Enquanto as vendas para os Estados Unidos cresceram 15% ao longo do último ano, com o país se tornando destino de 30,5% das exportações do ramo.

Mercado interno

A receita líquida no mercado interno teve alta de 7,1% no



Nelson Almeida / AFP / 26.8.2019

Setor de máquinas teve queda nas exportações, mas registou alta nas vendas para o mercado interno

Com a abertura de 1,5 mil vagas, o nível de emprego no setor teve alta de 3% em 2019

ano, com um volume de R\$ 46,3 bilhões. Segundo o presidente da Abimaq, José Velloso, parte dessa expansão são empresas que tiveram que comprar novos equipamentos para substituir os que ficaram ultrapassados pela falta de investimento nos últimos anos.

Apesar da melhora, o setor ainda registra um encolhi-

mento de cerca de 35% em comparação a receita média do período de 2010 a 2013. Em dezembro de 2019, as indústrias de bens de capital utilizaram cerca de 71% da capacidade instalada.

Para este ano, Velloso estima que as vendas no mercado interno devem ter uma alta de aproximadamente 10%, com um crescimento

total do setor de 3% a 4,5% em 2020.

O nível de emprego teve alta de 3% em 2019 em comparação com o ano anterior, com a abertura de 1,5 mil vagas. A indústria de máquinas e equipamentos empregava até o fim do último ano 302,3 mil pessoas. Em maio de 2013, o setor chegou a ter 380 mil funcionários.

Veículo: Folha de São Paulo	Caderno: Mercado
Data: 28/01/2020	Página: --

FOLHA DE S.PAULO



Déficit nas contas externas brasileiras aumenta para 2,76% do PIB em 2019

BRASÍLIA | REUTERS O déficit em transações correntes do Brasil fechou 2019 em US\$ 50,762 bilhões, alta de 22,2% sobre 2018 e no pior dado em quatro anos, afetado pela piora da balança comercial, divulgou o Banco Central nesta segunda-feira (27).

O buraco nas transações correntes em 2019 passou a 2,76% do PIB (Produto Interno Bruto), ante 2,20% em dezembro do ano anterior.

Apesar da piora, seguiu coberto com folga pelos investimentos diretos no país (IDP), que alcançaram US\$ 78,559 bilhões no ano passado.

A expectativa do BC era a de um déficit de US\$ 51,1 bilhões em 2019, mas com IDP um pouco melhor, de US\$ 80 bilhões (R\$ 334,1 bilhões).

A autoridade monetária já havia justificado que as transações correntes foram prejudicadas em 2019 pelo pior desempenho da balança comercial, num ano marcado pela desaceleração da economia na Argentina e pela peste suína afetando a China e a demanda por soja brasileira, além da dinâmica envolta em incertezas do comércio mundial em meio às tensões protagonizadas por EUA e China.

O ano passado também foi afetado por ruídos em rela-

mentos, que caíram 8,2%, para US\$ 14,483 bilhões.

Os investidores estrangeiros retiraram US\$ 5,666 bilhões de aplicações em ações do Brasil no ano passado, pior desempenho registrado para a negociação direta de papéis em Bolsa no mercado doméstico desde 2008, quando a saída foi de US\$ 10,850 bilhões.

Em 2018, o dado ficara negativo em US\$ 4,265 bilhões.

Na parcial de janeiro até o dia 23, o Banco Central contabilizou saída líquida de investimentos estrangeiros de US\$ 1,7 bilhão em ações e fundos de investimento juntos.

Resgates do Tesouro Direto sobem 84% no ano

BRASÍLIA Os resgates de recursos do Tesouro Direto, programa de negociação de títulos públicos para pessoas físicas, registraram um salto de 83,6% em 2019 e superaram o valor das emissões no ano.

O aumento do fluxo de saída de investimentos ocorre em meio à redução da taxa Selic, hoje em 4,5%, o que derrubou a rentabilidade dos títulos públicos.

ção aos números das transações correntes.

No início de dezembro, o governo anunciou uma correção para cima no registro das exportações de setembro a novembro, atribuindo a uma falha humana uma subnotificação de US\$ 6,488 bilhões que havia ajudado a piorar o resultado da balança comercial divulgado originalmente.

Ao fim, o superávit da balança comercial encerrou 2019 em US\$ 39,404 bilhões, recuo de 25,7% sobre 2018, diante de uma queda de 6,3% nas exportações e de diminuição de 0,8% nas importações.

Em 2019, as remessas de lucros e dividendos de multinacionais instaladas no Brasil caíram 14,8% sobre o ano anterior, para US\$ 31,126 bilhões.

Na conta de serviços, houve redução no ano tanto nos gastos líquidos de brasileiros no exterior, com recuo de 5,4%, para US\$ 11,681 bilhões, quanto nas despesas líquidas de aluguel de equipa-

No ano passado, o volume das emissões de papéis foi de R\$ 30,88 bilhões, uma alta de 72% em relação a 2018. A elevação, porém, não foi suficiente para compensar a disparada nas retiradas de recursos, segundo o Tesouro Nacional.

No período, os resgates somaram R\$ 30,91 bilhões. Com isso, o resultado consolidado do ano foi um resgate líquido de R\$ 33,28 milhões. O número contrasta com o saldo do ano anterior, quando foi observada uma emissão líquida de R\$ 1,1 bilhão.

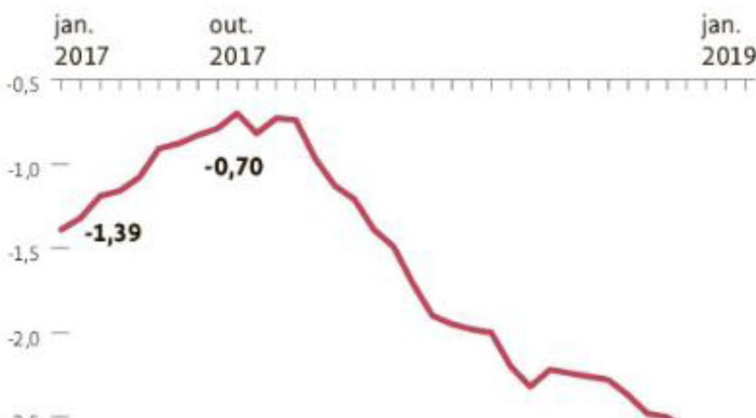
A redução da Selic levou a uma queda na rentabilidade dos títulos do governo. De um lado, donos de papéis emitidos no passado com rendimentos mais altos podem ter aproveitado o momento para vender esses títulos e ter lucro.

De outro, há um movimento de investidores que migram das aplicações no Tesouro para outras modalidades de investimento em busca de maior rentabilidade. **Bernardo Caram**

Cresce o déficit do setor externo

Saldo em transações correntes acumulado em 12 meses

Em % do PIB



‘Mercosul desunido pode ser preterido pelas montadoras’

Presidente da operação sul-americana da GM teme que Brasil e Argentina desviem o foco da necessidade de fazer da integração uma ferramenta de competitividade global

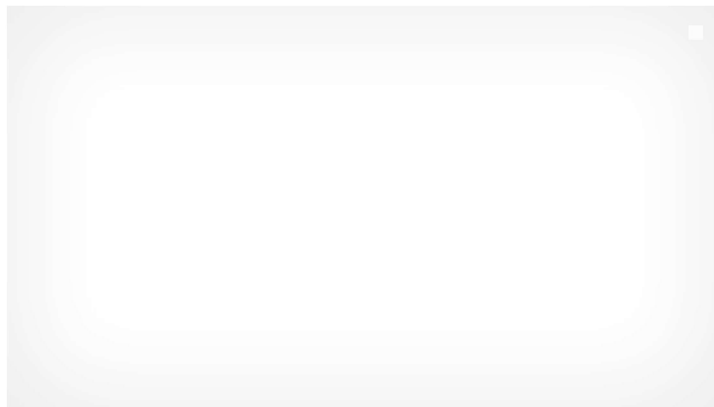
Por Marli Olmos — De São Paulo

28/01/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

Carlos Zarlenga, presidente da operação sul-americana da General Motors (GM), considera importante que os governos do Brasil e da Argentina não percam de vista a necessidade de preservar a parceria e a integração do Mercosul. Caso contrário, segundo o executivo, a região corre o risco de ser preterida em futuros planos de investimento das multinacionais do setor automobilístico.

Para GM, Mercosul requer ação urgente

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Por problemas internos e também por razões ideológicas, os dois países se distanciaram nos últimos meses. O Brasil está preocupado em acelerar sua agenda de reformas. A Argentina enfrenta inflação anual de 53,8%, precisa renegociar sua dívida externa e buscar novo acordo com o FMI. Zarlenga teme que ambos desviem o foco da necessidade de fazer da integração uma ferramenta de competitividade global.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados portaboola

LINK PATROCINADO

Super retrovisor sensação nos E.U.A chega ao Brasil. Conheça

RETROVISOR MASTER VIEW

LINK PATROCINADO

Opção econômica para você se refrescar no verão chega em Salvador

COOLAIR

LINK PATROCINADO

Salvador: concessionárias vendem carros não vendidos em 2019

SAVERDAILY

LINK PATROCINADO

Combate ao Aedes Aegypti: prevenção e controle da dengue, chikungunya e zika

MINISTERIO DA SAÚDE

Planalto pretende enviar reformas antes do Carnaval

Líderes no Parlamento estão céticos quanto às chances de aprovação da administrativa neste ano

Por Fabio Murakawa, Marcelo Ribeiro, Matheus Schuch e Raphael Di Cunto — De Brasília

28/01/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

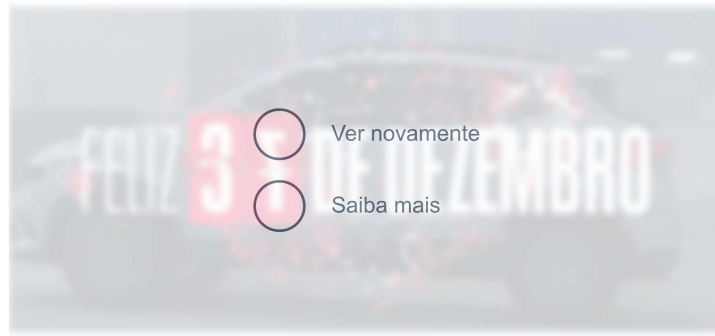


Bolsonaro: na Índia, presidente afirmou que é preciso vencer a “guerra da informação” em relação à reforma administrativa — Foto: Alan Santos/PR

Lideranças do Congresso Nacional admitem que a conclusão da análise da reforma administrativa pode não ocorrer em 2020. O atraso seria atribuído ao próprio governo, já que a equipe econômica ainda não encaminhou a sua proposta sobre o tema. O Planalto, no entanto, mantém o otimismo e promete enviar o texto juntamente com sua proposta para a reforma tributária antes do Carnaval.

Mesmo entre auxiliares do presidente Jair Bolsonaro há quem acredite que o mais provável é que a apenas reforma tributária seja aprovada neste ano. Outros temem que nem isso seja possível.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

A aposta de líderes no Congresso é que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), cumprirá o que vem dizendo desde o ano passado e tratará a reforma tributária como pauta prioritária.

Diferentemente da reforma administrativa, a reforma tributária já está na comissão especial da Câmara dos Deputados, segunda fase de tramitação de uma proposta de emenda constitucional (PEC). Uma comissão mista, formada por deputados e senadores, será criada em fevereiro para dar celeridade ao andamento do texto.

O governo deve encaminhar suas sugestões nas próximas semanas tanto para a comissão da Câmara quanto pela mista, a ser formada. Embora não admita publicamente, há no governo uma preferência pela tramitação na Câmara, em estágio mais adiantado.

Auxiliares do presidente veem na comissão mista potencial para agravar a disputa entre Maia e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP) sobre o tema. Eles captaram uma competição entre as duas Casas por preenchimento de espaços do colegiado.

Menos avançada, a reforma administrativa ainda precisará ser apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O calendário este ano está apertado para que o texto seja aprovado na Câmara e no Senado até julho, já que as eleições municipais devem diminuir o ritmo dos trabalhos do Congresso no segundo semestre.

O Planalto, porém, trabalhará para que o texto avance no Congresso. Uma parcela do governo, inclusive, vê a aprovação da administrativa como algo menos complicado do que a tributária, levando-se em conta as disputas entre diferentes regiões que seriam prejudicadas ou beneficiadas a depender do modelo a ser adotado.

Embora ainda não tenha formalizado uma proposta, o governo já adiantou alguns pontos que vêm sendo discutidos internamente. Entre eles, estão a redução de carreiras, a estabilidade do funcionalismo e a avaliação de desempenho. À exceção da última, as mudanças devem não devem atingir os que já estão no serviço público.

Interlocutores de Bolsonaro ouvidos pelo **Valor** afirmam que, além da articulação política, o foco será levar as reformas para discussão da sociedade, por meio de campanhas de comunicação. Eles acreditam que poderão angariar apoio da população para as mudanças caso o governo saiba explicar a necessidade dessas reformas.

Ontem, na Índia, Bolsonaro comentou que é preciso vencer a "guerra da informação" para evitar ruídos na proposta que mudará regras para o serviço público. Auxiliares do presidente desejam implementar uma estratégia será semelhante à da reforma da Previdência, em que peças publicitárias tentaram convencer a população da necessidade das mudanças.

Maia, por sua vez, aposta na aprovação da reforma tributária e também tentará emplacar uma estratégia semelhante à que adotou durante a Previdência: ele pretende vender aos colegas a ideia de que a proposta é uma agenda do Congresso, não do governo.

Em seu último ano na presidência da Câmara, Maia quer aprovar o máximo de propostas em 2020, mas teme esbarrar na resistência de parlamentares do Centrão a alguns textos. Criticado com frequência por seguidores Bolsonaro nas redes sociais, Maia tem

conversado com o ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, para construir uma agenda consensual com o Palácio do Planalto.

Na semana passada, Ramos entregou a Maia uma relação de propostas prioritárias a serem apreciadas pelo Congresso em 2020.
(Colaboraram Assis Moreira e Marcelo Ninio, Especial para O Globo, de Nova Déli)

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Salvador: concessionárias vendem carros não vendidos em 2019
SAVERDAILY

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Super retrovisor sensação nos E.U.A chega ao Brasil. Conheça
RETROVISOR MASTER VIEW

LINK PATROCINADO

Opção econômica para você se refrescar no verão chega em Salvador
COOLAIR

LINK PATROCINADO

Combate ao Aedes Aegypti: prevenção e controle da dengue, chikungunya e zika
MINISTERIO DA SAÚDE

LINK PATROCINADO

Compre agora esse sapatênis causal de couro legítimo
COMFORT SHOES

Veja em Valor Investe

VALOR INVESTE

Bradesco é condenado a pagar R\$ 10 mil a cliente analfabeta

VALOR INVESTE

Vale distribuirá a acionistas mais que dobro do gasto com indenizações

VALOR INVESTE

Quando uma liquidação liquida você

VALOR INVESTE

Guedes avalia 'imposto do pecado' sobre cigarros, bebidas e produtos com açúcar

VALOR INVESTE

'Sustômetro': fatura do cartão é o que mais assusta os brasileiros

Análise: Ghosn exhibe na entrevista mesma disciplina que marcou sua carreira

Mais do Valor Econômico

TIT paulista livra Sky de ICMS sobre streaming

Decisão de tribunal administrativo suspendeu cobrança de mais de R\$ 23 milhões da Sky

Por **Laura Ignacio** — De São Paulo

28/01/2020 05h02 · Atualizado há 6 horas

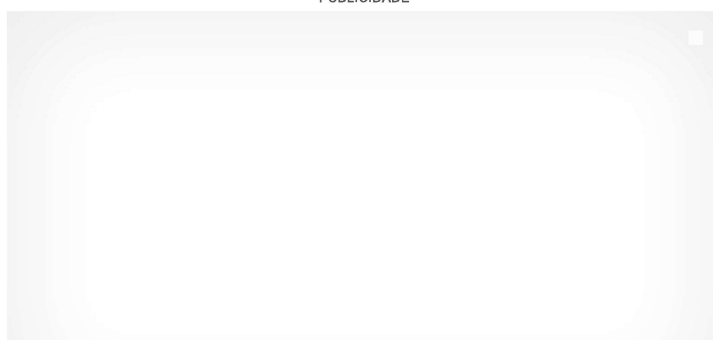


Raphael Caropreso e Marco Monteiro: súmula do STJ afasta ICMS sobre serviço de provedores de acesso à internet — Foto: Claudio Belli/Valor

Uma decisão do Tribunal de Impostos e Taxas (TIT) do Estado de São Paulo suspendeu uma cobrança de mais de R\$ 23 milhões da Sky. Os juízes da 4ª Câmara Julgadora, após um empate por dois votos a dois, afastaram exigência de ICMS sobre streaming. A decisão é a primeira sobre o tema, favorável à empresa, da qual se tem notícias.

A Fazenda paulista vai recorrer à Câmara Superior. A Sky Serviços de Banda Larga foi autuada por ter deixado de pagar a alíquota de 25% de ICMS após prestar serviço de transmissão de vídeos por demanda por meio da internet, de janeiro de 2013 a dezembro de 2014.

PUBLICIDADE



A Sky Serviços de Banda Larga é incorporadora da Sky Brasil Serviços, que é autorizada a prestar Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) - distribuição de programas de televisão multicanal por assinatura por meio de transmissão direta via satélite, de acordo com a Lei nº 12.485, de 2011. Mas o serviço "Sky Online" transmite vídeos por demanda por meio da internet, modalidade Over the Top (OTT) de comunicação, o que permite ao assinante assistir o conteúdo por computadores, celulares, tablets, videogames e televisores com acesso à internet.

Segundo Marco Monteiro e Raphael Caropreso, do Veirano Advogados, que representam a Sky no processo administrativo, a empresa lançou o serviço de streaming em 2015. "Ele é prestado de maneira diferente do serviço por assinatura, que usa a infraestrutura de telecomunicação e sofre a incidência do ICMS", afirmam.

No processo, Monteiro e Caropreso argumentam que a Súmula nº 334, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), determina que o ICMS não incide no serviço dos provedores de acesso à internet. "Também alegamos que a Lei Complementar nº 116, de 2003, foi alterada em 2016 [item 1.09 da LC nº 157], justamente para definir que incide ISS sobre a atividade de disponibilização de conteúdo audiovisual por internet, exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de SeAC, de que trata a Lei 12.485, sujeita ao ICMS."

Segundo os advogados, é preciso separar as atividades de SeAC e OTT, o que é claramente feito pela Sky. "Configuraria violação ao princípio constitucional da isonomia e ao direito à concorrência, se a Sky tivesse que pagar ICMS por tudo", diz Monteiro. "Cabe recurso, mas a decisão da Câmara Julgadora é um primeiro indicativo de que a Lei Complementar 157 está sendo respeitada, o que dá segurança para as empresas de telecomunicação poderem ter mais de uma linha de negócios", completa.

Para os tributaristas do Veirano, a decisão é importante para a Sky e todo o mercado de streaming. "Como essas empresas já pagam ISS, a cobrança seria bitributação. Mas mesmo depois da entrada em vigor da LC 157, o Estado de São Paulo continua a entender que o streaming é um serviço de telecomunicação", afirma Caropreso. De acordo com os advogados, a cobrança da Sky foi feita por volta de setembro de 2017.

Por nota, a Secretaria da Fazenda paulista reconhece que a discussão relativa à incidência do ICMS sobre transações envolvendo a tecnologia de streaming é controvertida. "O TIT já julgou, em outra ocasião, que há incidência do ICMS nas operações de streaming (na sua vertente comunicação). Por esse motivo, a Secretaria da Fazenda recorrerá para rever esse julgamento", diz.

Segundo o advogado Luiz Roberto Peroba Barbosa, do Pinheiro Neto Advogados, na venda de serviços OTT, como a disponibilização de vídeos pela internet, a empresa não fornece infraestrutura de telecomunicação. "Pelos precedentes do STJ - analisando atividades similares - entendeu-se que isso é suficiente para a não incidência do imposto estadual. Não existe a transmissão de sinais, que é o fato gerador do imposto previsto em lei", afirma.

Já para a advogada Tathiane Piscitelli, professora da FGV Direito SP, a LC 157 soluciona o conflito de competência entre Estados e municípios ao determinar que deve incidir ISS sobre tal atividade. Mas a reforma tributária colocaria um ponto final na questão. "Na medida em que unificaria as incidências tributárias e acabaria com a disputa entre ISS e ICMS", diz.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados portaboola

LINK PATROCINADO

Super retrovisor sensação nos E.U.A chega ao Brasil. Conheça
RETROVISOR MASTER VIEW

LINK PATROCINADO

Salvador: concessionárias vendem carros não vendidos em 2019
SAVERDAILY

LINK PATROCINADO

Opção econômica para você se refrescar no verão chega em Salvador
COOLAIR

LINK PATROCINADO

Combate ao Aedes Aegypti: prevenção e controle da dengue, chikungunya e zika
MINISTERIO DA SAÚDE

Tribuna

Bolsonaro diz que reforma administrativa só valerá para novos servidores

ROSANA HESSEL
ESTADO DE MINAS

O presidente Jair Bolsonaro contou que as mudanças que ele sugeriu para serem feitas na reforma administrativa estão sendo feitas. "Eu peguei a reforma feita pelo Paulo Guedes (ministro da Economia), estudamos e propusemos algumas alterações. E elas, não é por que eu sou o presidente não, mas elas estão sendo atendidas", disse Bolsonaro a jornalistas, ontem, em Nova Délhi, após participar da abertura do seminário "Índia-Brazil Business Forum".

Em meio às polêmicas sobre a abrangência da reforma administrativa e se

haverá limitação no impacto das mudanças estruturais no quadro de pessoal, Bolsonaro fez questão de reafirmar que as mudanças vão valer apenas para os novos servidores. Segundo ele, "esse é o principal ponto da reforma". De acordo com o presidente, as mudanças serão "brevemente anunciadas".

O presidente evitou dar detalhes sobre a proposta que o governo deverá enviar ao Congresso em fevereiro. Contudo, ele fez questão de destacar que pretende combater a guerra de informação e evitar novos "ruídos no Brasil". "Quero mostrar que as mudanças que estão sendo propostas são para quem entrar no serviço público daqui para frente."

A folha de pessoal é uma das maiores despesas

obrigatórias da União depois da reforma da Previdência e respondem por mais de 4% do Produto Interno Bruto (PIB). Nos últimos anos, esse gasto tem registrado crescimento acima da inflação, ou seja, aumento real nos salários dos servidores durante a recessão, enquanto a maioria dos trabalhadores da iniciativa privada perderam emprego ou sofreram redução em suas respectivas rendas familiares. Esse aumento desordenado nesse gasto foi um dos fatores para o rombo das contas públicas, principalmente dos estados, cuja maioria não respeita a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e gasta com a folha mais de 60% da Receita Corrente Líquida (RCL).

Não à toa, especialistas são unânimes em afirmar



PRESIDENTE deu a declaração, em Nova Délhi, após participar da abertura do seminário "Índia-Brazil Business Forum"

que a reforma da Previdência não é suficiente para equilibrar as contas públicas. Elas estão no vermelho desde 2014 e tudo indica que só voltarão ao azul depois do fim do mandato de Bolsonaro. Logo, se o governo não fizer uma reforma estrutural mais abrangente, principalmente, atingindo as

categorias com salários mais elevados e que acabam tendo remunerações acima do teto de gastos devido aos pendurcalhos, a reforma não será eficiente.

Ontem, o presidente disse que a reforma administrativa está "praticamente pronta" e que ele não vê problema algum de ela ser enca-

minhada para o Congresso junto com a reforma tributária. O chefe do Executivo reconheceu que é preciso que essas duas propostas andem de forma acelerada no primeiro semestre devido às eleições municipais. Em ano eleitoral, o Congresso fica proibido de aprovar mudanças na Constituição a partir de junho.

A proposta vai atacar a concessão dos chamados "pendurcalhos" e deve acabar com o reajuste de salários retroativos, uma prática ainda comum no serviço público brasileiro. A proposta atingirá as regras dos servidores da União, dos Estados e dos municípios. Na lista dos pendurcalhos que serão proibidos estão as promoções e progressões exclusivamente por tempo de serviço, mostra reportagem da edição de ontem do jornal O Estado de S. Paulo.

O governo vai propor ainda a vedação das aposentadorias como forma de punição. Hoje, quando algum servidor público comete uma infração disciplinar, recebe uma "aposentadoria compulsória", com vencimentos proporcionais. Com a reforma, o servidor será desligado sem remuneração. A medida é considerada moralizante pela equipe econômica.